

OS NÚMEROS DA COR

3

Boletim Estatístico sobre a Situação Sócio-Econômica dos Grupos de cor no Brasil e em suas Regiões.

Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES - UCAM
Biblioteca Pio X

Centro de Estudos Afro-Asiáticos.

OS NÚMEROS DA COR. no. 3
Publicação quadrimestral
Abril de 1998.

Diretor:
Cândido Mendes

Vice-Diretor:
Beluce Bellucci

Equipe de Pesquisa:
Carlos Hasenbalg
Márcia Lima
Nelson do Valle Silva
Renata de Mello Rosa
Vantoan Ferreira Gomes

Apoio:
Andrew W. Mellon Foudation

MERCADO DE TRABALHO

Este número do boletim e o próximo terão como foco de análise a situação da população brasileira no mercado de trabalho. Neste número serão enfocadas as taxas de participação na PEA (População Economicamente Ativa), as taxas de desemprego e o número de horas trabalhadas para Brasil e áreas específicas. Essas informações serão relacionadas com as variáveis sexo e cor, idade e escolaridade.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PEA

Uma das principais formas de se avaliar o crescimento econômico de um determinado país é através das taxas de participação dos indivíduos na população economicamente ativa. Nas últimas décadas o Brasil experimentou um forte crescimento econômico, principalmente entre os anos de 1960 e 1980. O número de pessoas economicamente ativas aumentou de 22.750.028 em 1960, para 43.796.763, em 1980.

Nos anos 80, apesar da crise econômica, o crescimento da PEA foi relativamente alto: em 1990, segundo os dados da PNAD, a PEA total brasileira era formada por 64.467.742 pessoas. Mesmo não sendo metodologicamente possível comparar censos com PNADs¹, esses números sugerem um crescimento significativo da PEA para um período considerado de crise.

Analisando os dados sobre a população economicamente ativa notamos primeiramente que há uma grande diferença entre os gêneros. Por mais que as mulheres tenham conseguido aumentar a participação do seu contingente na força de trabalho, os homens ainda apresentam uma taxa de participação que é quase o dobro da taxa feminina - 75,3% e 39,2% respectivamente.

Quadro 1. Taxa de participação na PEA por sexo e cor. BRASIL, 1990.

	Branco	Pretos	Pardos	Total
Homens	75,2	75,4	75,4	75,3
Mulheres	39,0	46,0	38,5	39,2

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

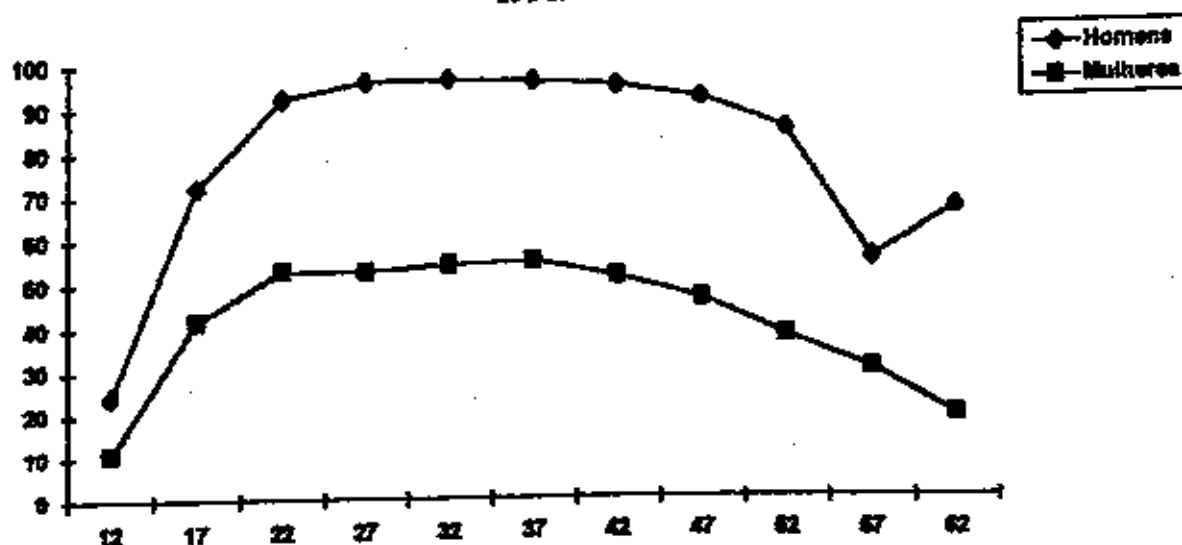
Mesmo com as mudanças ocorridas nos níveis econômico, social e cultural quanto ao papel das mulheres na sociedade brasileira, a participação feminina no mercado de trabalho, principalmente nos países menos desenvolvidos, continua

¹ A pergunta em relação às atividades, nas PNADs se referem a última semana enquanto que a dos censos se referem ao último ano.

condicionada a uma série de fatores e atributos tais como seu estado civil, sua renda familiar, idade, cor e educação.

Analisando primeiramente os dados sobre participação por sexo e idade (gráfico 1) é possível observar, em primeiro lugar, um fenômeno muito preocupante: o trabalho precoce no Brasil. Quase 1/4 das crianças (10-14 anos) do sexo masculino já se encontram na PEA (24,3%). Este fenômeno nos leva a acreditar que este grupo poderá apresentar dificuldades de realização no processo de escolarização devido a necessidade de conciliar estudo e trabalho. A principal consequência disso será possivelmente a formação de uma massa de trabalhadores mal qualificados e conseqüentemente mal remunerados contribuindo, desta forma, para a manutenção dos índices de pobreza do Brasil.

Gráfico 1: Taxa de Participação na PEA, por sexo e idade. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais PNAD-1990.

Para as crianças de 10 a 14 anos do sexo feminino, esses percentuais são bem inferiores, com taxas de participação de 10,6%. O trabalho infantil masculino é maior porque é o primeiro a ser solicitado no caso de necessidade de complementação da renda familiar.

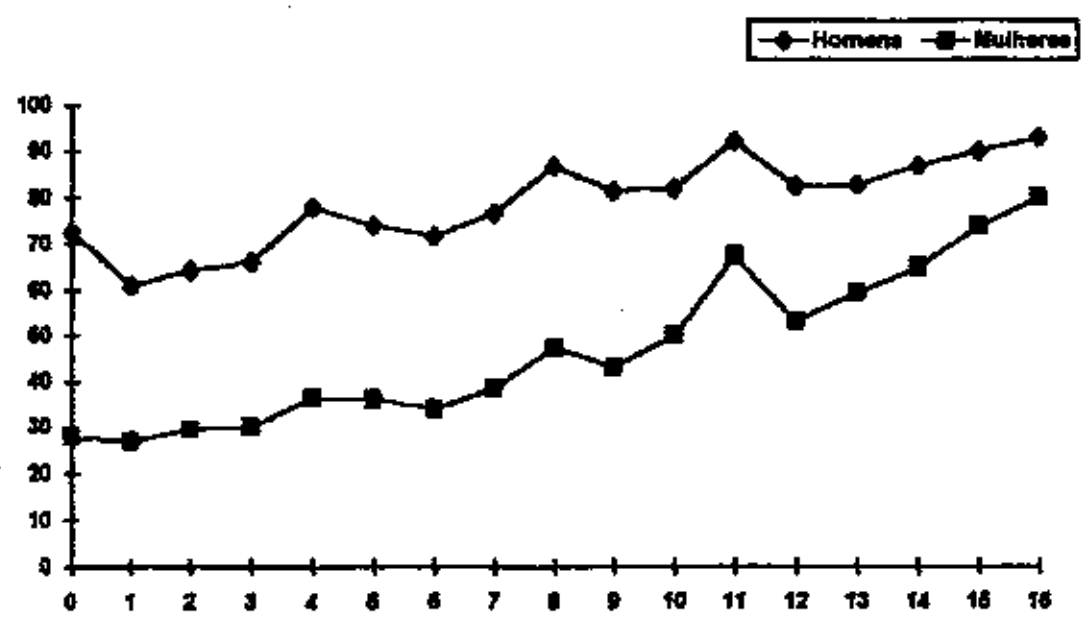
Podemos observar também que a faixa etária em que homens e mulheres apresentam seus maiores índices de participação ocorre entre os 20-24 e os 45-49 anos. Os homens têm a sua maior taxa de participação na faixa dos 30-34 com 97,0%, enquanto que para as mulheres esse fenômeno ocorre na faixa posterior (35-39) apresentando apenas 55,2%.

Outro fator interessante quanto à idade se refere à saída da PEA. Tanto os homens quanto as mulheres começam a diminuir sua participação na PEA muito cedo. A curva de participação masculina começa a demonstrar quedas bruscas a partir da faixa dos 45-49 anos. Nessa faixa os homens têm uma taxa de 93,0% que cai mais de dez pontos percentuais na faixa seguinte (50-54 anos) apresentando 85,6%. Para as mulheres, este fenômeno também ocorre nas mesmas faixas etárias - 46,6% na faixa dos 45-49 anos e 38,1% na faixa seguinte. Essa saída de homens e mulheres do mercado de trabalho com uma idade que ainda permite uma elevada produtividade é um fator preocupante, pois são pessoas que se direcionam prematuramente para a categoria dos inativos.

Quanto as taxas de participação segundo os níveis educacionais (gráfico 2) pode-se observar que ela é uma relação diretamente proporcional tanto para os homens quanto para as mulheres - o aumento do nível de escolaridade reflete positivamente nos índices de participação. Considerando que a população mais educada do país se encontra nas faixas etárias mais novas, pode-se afirmar que essas duas variáveis (educação e idade) têm seus efeitos relacionados. E a medida que a população mais velha (e menos escolarizada) se retira da PEA, a tendência é que as pessoas que estão entrando na força de trabalho apresentem índices maiores de escolaridade levando a uma futura alteração para cima dessa linha de participação.

Outro dado relevante em relação à educação é que para as mulheres essa variável tem um efeito muito mais forte do que para os homens. Elas partem de uma taxa de participação de 28% entre os sem nenhuma escolaridade para um taxa de 87,5% naquelas com 18 anos de escolaridade. Para os homens esses valores são, respectivamente, 72,7% e 93,3%.

Gráfico 2: Taxa de participação na PEA por sexo e escolaridade. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

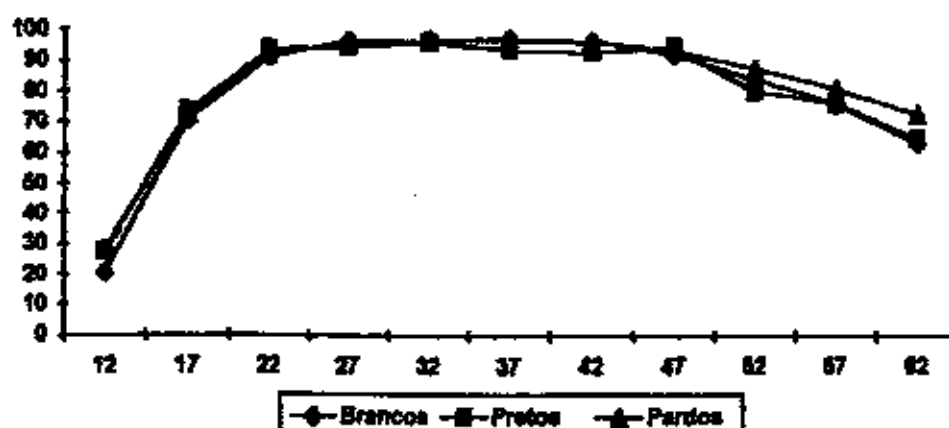
Após traçarmos as diferenças de participação na PEA por idade e escolaridade entre homens e mulheres, analisaremos essas diferenças entre os grupos de cor. Visto que o grupo masculino e o grupo feminino se comportam de maneiras bem diferenciadas, as análises sobre diferenças inter-raciais serão feitas separadamente para homens e mulheres.

Analisando as taxas de participação masculina já observamos que não existem diferenças significativas entre os grupos de cor (vide quadro 1). Ao inserir a variável idade (gráfico 3), notamos uma alteração significativa apenas nas faixas mais novas (10-14 e 15-19 anos) onde os índices de participação de pretos e pardos são mais elevados, principalmente na faixa de 10-14 anos (20,6% para os brancos, 27,2% para os pretos e 28,1% para os pardos) constatando que o problema do trabalho precoce no Brasil é maior para os grupos não-brancos. Com uma origem social mais pobre que as crianças brancas, as crianças daqueles grupos são mais propensas a ingressarem mais cedo no mercado de trabalho.

Entre as mulheres (gráfico 4), podemos observar que as pretas apresentam uma taxa de participação substancialmente maior do que as brancas e pardas (vide quadro 1), mantendo-se o mesmo resultado ao considerar a variável idade. Possíveis explicações para uma maior participação do grupo feminino preto podem estar

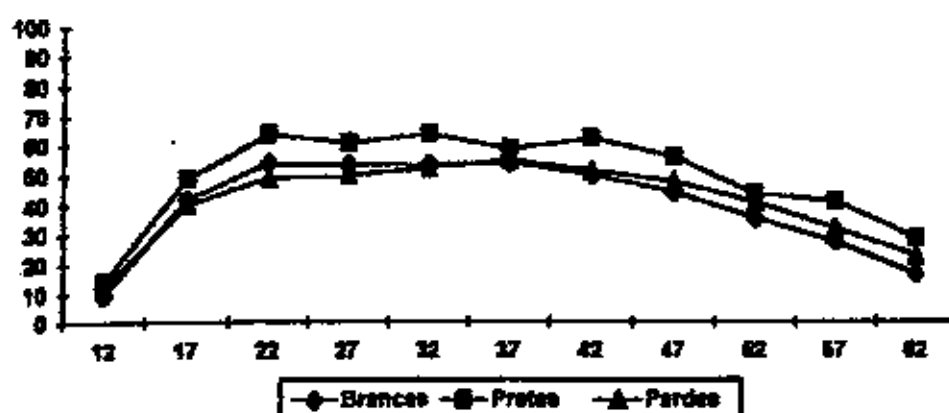
relacionadas à chefia feminina, à sua maior taxa de celibato ou ao fato delas se casarem mais tarde- fenômenos que são mais recorrentes neste grupo.

Gráfico 3: Taxa de participação na PEA por cor e idade. HOMENS. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

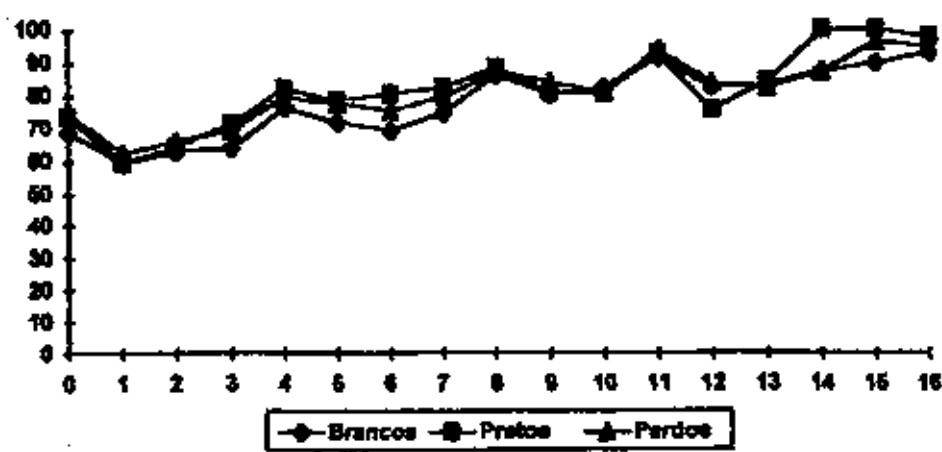
Gráfico 4: Taxa de participação na PEA por cor e idade. MULHERES. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

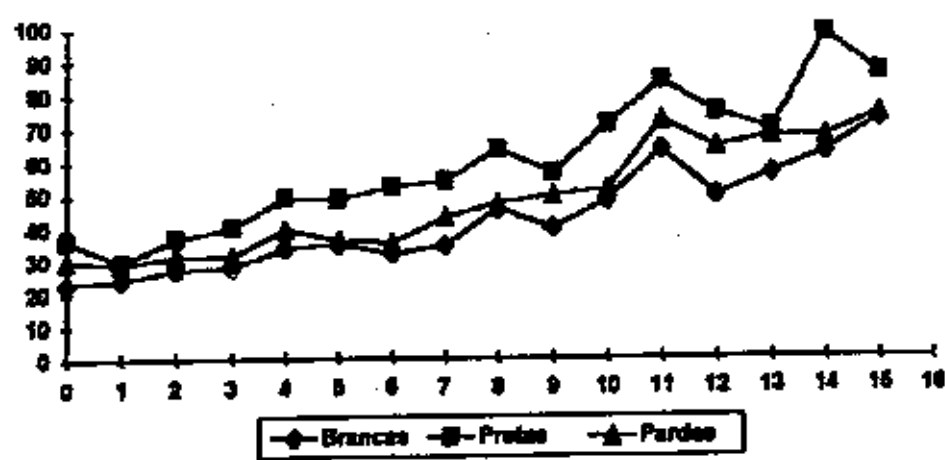
No que se refere às informações sobre as taxas de participação em relação a cor, sexo e escolaridade (gráficos 5 e 6), entre os homens não apresentam diferenças inter-raciais significativas (como foi visto em relação à variável idade); enquanto que entre as mulheres, a maior participação do grupo preto continua predominante.

Gráfico 5: Taxa de participação na PEA por cor e escolaridade. HOMENS. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Gráfico 6: Taxa de participação na PEA por cor e escolaridade. MULHERES. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

TAXAS DE DESEMPREGO

Uma análise das taxas de desemprego deve levar em conta, em primeiro lugar, a conjuntura do país, ou seja, em que situação econômica ele se encontrava no momento da realização da pesquisa. O ano de 1990 no Brasil foi de forte crise econômica, com elevados índices de inflação. Entretanto, a sua taxa de desemprego foi de 3,8% para os homens e 3,4% para as mulheres, taxas relativamente baixas em relação aos países desenvolvidos.

Embora uma das possíveis explicações que frequentemente se oferece para esses baixos índices seja o procedimento metodológico adotado para classificar um indivíduo como desempregado, alguns estudos apontam que o estado geral do mercado de trabalho brasileiro, nesse ano, apesar da crise, não jogou as pessoas na situação de desemprego. O que ocorreu foi um maior achatamento da renda, diferentemente dos outros anos de crise. Além disso, o crescimento do setor informal também contribuiu para este baixo índice de desemprego, pois retirou um certo número de indivíduos da condição de desempregados.

Quadro 2: Taxas de desemprego por sexo e cor. BRASIL, 1990.

	Branco	Pretos	Pardos	Total
Homens	3,5	4,8	4,1	3,8
Mulheres	3,3	4,4	3,6	3,4

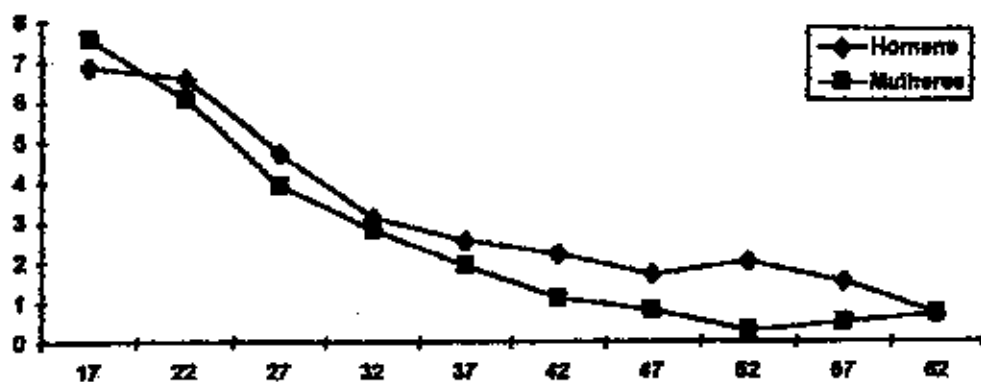
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Analisando os dados de 1990 para desemprego no Brasil, de uma maneira geral, é possível afirmar que suas taxas tendem a ser ligeiramente maiores para homens do que para mulheres e para pretos e pardos do que para brancos.

Os desempregados são, em sua maioria, jovens (entre 15 a 24 anos) que estão ingressando no mercado de trabalho, pessoas com nível educacional de 5 a 8 anos de escolaridade. Por outro lado, os extremos educacionais (analfabetos e pessoas com mais de 11 anos de estudo) são os que apresentam as menores taxas de desemprego.

Quanto à idade, pode-se destacar que a incidência de maior desemprego nas faixas de 15 a 19 anos deve estar relacionada com fato dela representar o momento de ingresso no mercado de trabalho. Pelos dados da PNAD-1990 as taxas de desemprego nessa faixa etária são de 6,9 % para os homens e 7,6% para as mulheres. (gráfico 7)

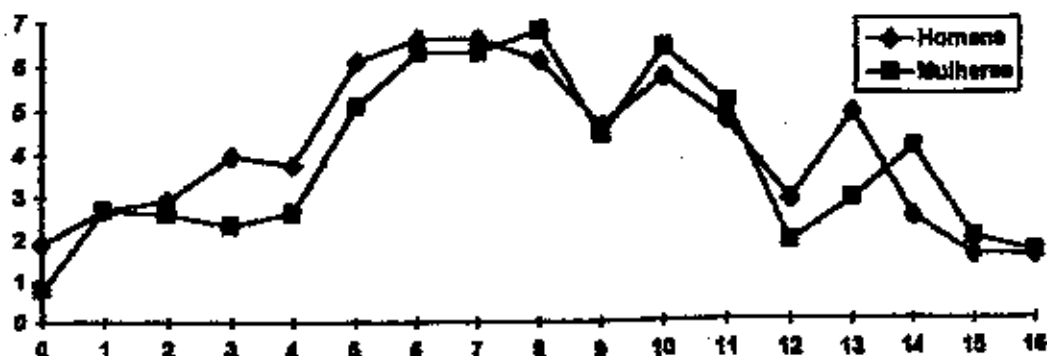
Gráfico 7: Taxa de desemprego por sexo e idade.
Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Quanto à educação, o nível de 5 a 8 anos de escolaridade é o que apresenta os maiores índices pelo fato dele não proporcionar aos indivíduos uma qualificação profissional mais definida que lhes permitam competir no mercado de trabalho urbano. Quanto aos analfabetos, seus baixos percentuais de desemprego estão relacionados ao seu grande número nas áreas rurais, onde as taxas de desemprego são mais baixas. (gráfico 8)

Gráfico 8: Taxa de desemprego por sexo e escolaridade.
Brasil, 1990.

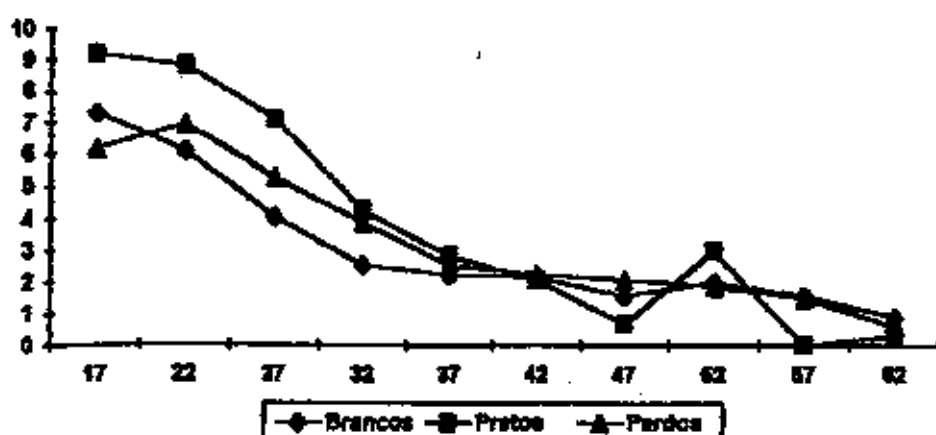


Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Quanto aos diferenciais por cor, os pretos e pardos, principalmente os primeiros, são os mais prejudicados - 4,8% para os homens pretos e 4,4% para as

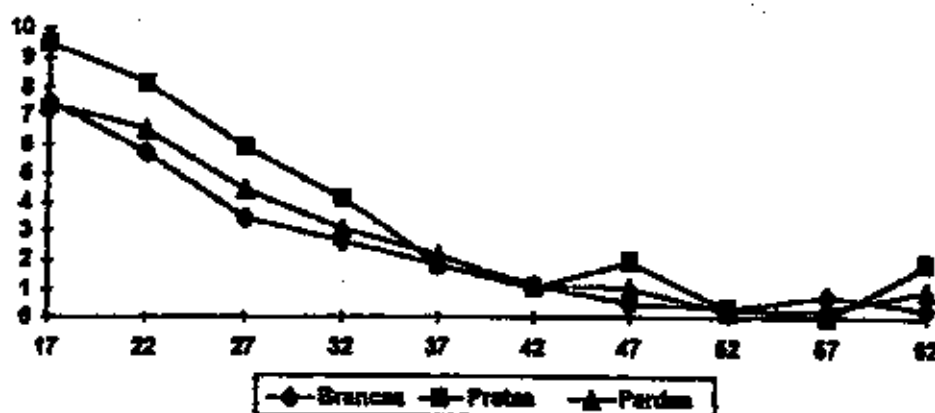
mulheres pretas. Levando em conta o nível educacional é na faixa de 5 a 8 anos de estudos que consta a maior incidência de desemprego. Os pretos apresentam os maiores índices chegando a 10,9% para os homens e 12,5% para as mulheres. Na faixa dos 15-19 anos os homens e mulheres pretos chegam a índices de 9,2% e 9,5% respectivamente. (gráficos 9 e 10).

**Gráfico 9: Taxa de desemprego por cor e idade.
HOMENS. Brasil, 1990.**



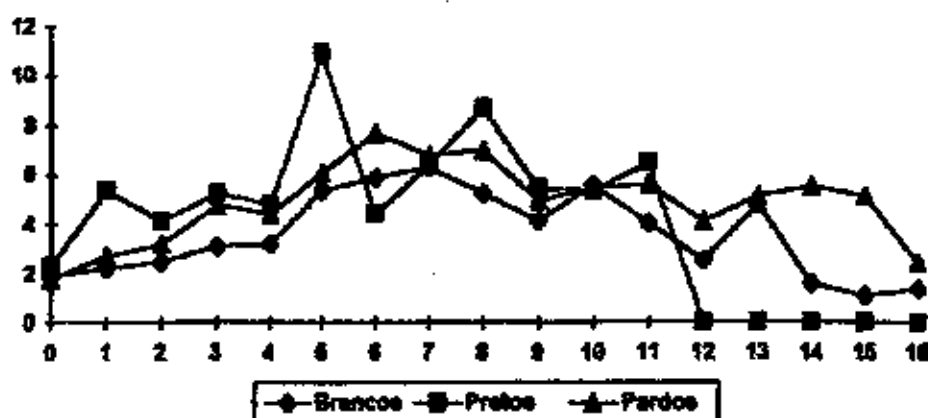
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

**Gráfico 10: Taxa de desemprego por cor e idade.
MULHERES. Brasil, 1990.**



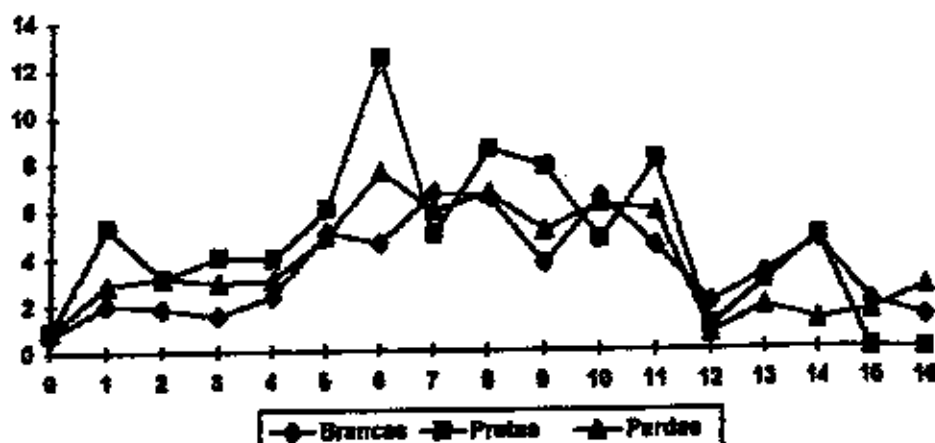
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Gráfico 11: Taxa de desemprego por cor e escolaridade. HOMENS. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Gráfico 12: Taxa de desemprego por cor e escolaridade. MULHERES. Brasil, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

HORAS TRABALHADAS

Em relação ao número de horas trabalhadas os dados da PNAD-1990 apontam que, em geral, os homens trabalham mais do que as mulheres - em média, 7 a 8 horas a mais por semana. A única exceção a esta tendência ocorre nas idades jovens, até 20

anos, onde homens e mulheres não apresentam diferenças significativas no número de horas trabalhadas.

Em relação a escolaridade, existe uma tendência, para ambos os sexos de diminuição do número de horas trabalhadas conforme aumenta a educação formal.

Quanto ao número de horas trabalhadas, os grupos de cor não apresentam diferenças significativas mesmo quando se leva em conta as variáveis idade e escolaridade.

2. ASPECTOS REGIONAIS

A última seção deste boletim tem como objetivo apontar as diferenças entre as taxas de participação na PEA e as taxas de desemprego das áreas metropolitana, rural e urbana não-metropolitana em relação ao total do Brasil.

O intenso processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil nos anos 50 e 60 teve como consequência uma redistribuição regional de sua população colocando-o numa condição de país predominantemente urbano desde a década de 60. Em 1990, segundo os dados da PNAD, 74% da população brasileira residia em domicílios urbanos. Este fenômeno teve como consequência tanto o agravamento das disparidades rural/urbano como também uma urbanização da pobreza, principalmente na última década. Dessa forma, faz-se necessário marcarmos essas diferenças para os grupos de gênero e cor aqui analisados.

2.1 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO NA PEA

O quadro 3 apresenta as taxas de participação por gênero, cor e regiões. Observando as características para o Brasil rural, é possível observar, em primeiro lugar, que as taxas de participação masculina são superiores ao padrão brasileiro (82,4% e 75,3%, respectivamente), enquanto que as taxas de participação feminina são inferiores (36,0% e 39,2% respectivamente). Este fenômeno pode estar relacionado com o fato de que as mulheres trabalhadoras no campo não terem o seu trabalho reconhecido como economicamente ativo; além de existir uma tendência real de maior participação feminina em áreas urbanas.

Quadro 3: TAXAS DE PARTICIPAÇÃO POR SEXO, COR E REGIÕES.

1990

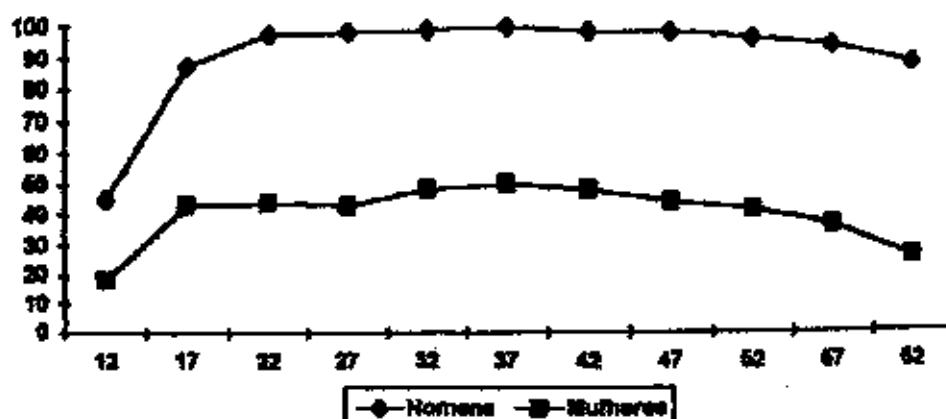
	Homens				Mulheres			
	Branco	Pretos	Pardos	Total	Branca	Pretas	Pardas	Total
BRASIL TOTAL	75.2	73.4	73.4	75.3	39.0	46.0	38.5	39.2
BRASIL RURAL	83.1	81.3	81.9	82.4	37.0	37.8	34.8	36.0
BRASIL METROPOLITANO	72.0	73.2	72.2	72.1	40.2	49.5	41.5	41.3

Fonte: Tabulações Especiais, PNAD do ano

Em linhas gerais, os diferenciais de participação entre os grupos de cor não são muito grandes no campo devendo-se levar em conta que a participação dos homens brancos, comparada aos negros (pretos e pardos) é um pouco maior, diferentemente do que foi visto para o padrão brasileiro - 83,1%, 81,9% e 81,3% respectivamente.

Com relação a faixa etária (gráfico 13) nota-se que a participação masculina é muito superior a feminina em qualquer idade. Isto se deve tanto a uma tendência geral do mercado de trabalho brasileiro quanto a subenumeração do trabalho feminino no campo, como já foi apontado. Outro ponto que nos chama atenção é o fato de já encontrarmos na faixa de 10-14 anos uma participação muito mais expressiva no campo, principalmente no caso masculino. O trabalho rural infantil é de fato mais recorrente nesta área do que nas áreas urbanas. Para as crianças do sexo masculino (10-14 anos) a taxa de participação é de 44,8% enquanto que, no caso feminino esse índice é de 17,9%.

Gráfico 13: Taxa de participação por sexo e idade.
BRASIL RURAL, 1990.

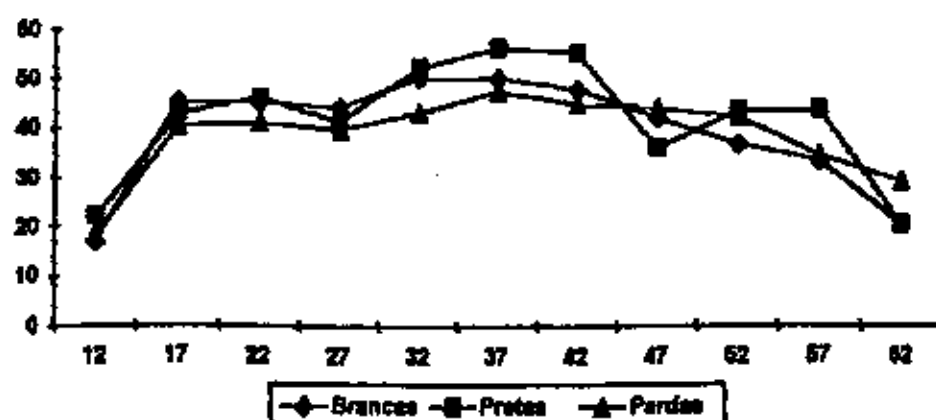


Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Quanto a relação cor e idade (gráfico 14), notamos que somente no sexo feminino é que existem ligeiras diferenças, principalmente nas faixas etárias mais

novas. Na faixa de 10-14 anos, as crianças pretas têm uma taxa de participação de 22,0%, enquanto que para as brancas e pardas esse índices são de 17,1% e 18,2%, respectivamente.

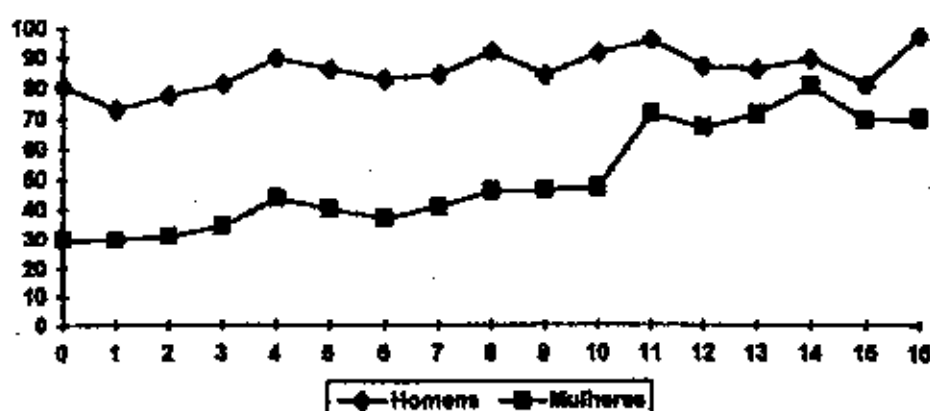
**Gráfico 14: Taxa de participação por cor e idade.
MULHERES. BRASIL RURAL, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Levando em conta os níveis educacionais das pessoas economicamente ativas do campo (gráfico 15), podemos notar que as mulheres partem de uma taxa de participação de 30,2% para o grupo sem nenhuma escolaridade para taxas em torno dos 70,0% nos de mais de 12 anos de escolaridade. Para os homens essa variação vai de 80,7% para os analfabetos para de quase 97% na faixa dos 16 anos de escolaridade. A educação para as mulheres é um fator muito mais decisivo no aumento de sua participação na força de trabalho do que para os homens, padrão encontrado também para o total do Brasil.

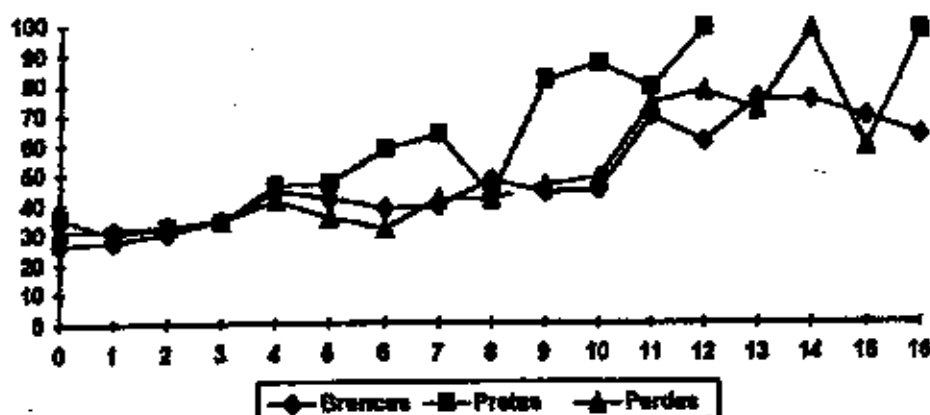
Gráfico 15: Taxa de participação por sexo e escolaridade. BRASIL RURAL, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Quanto às diferenças raciais levando em conta o nível educacional, novamente só o grupo feminino é que apresenta ligeiras diferenças (gráfico 16). As mulheres pretas continuam a apresentar taxas de participação superiores às dos outros grupos de cor.

Gráfico 16: Taxa de participação por cor e escolaridade. MULHERES. BRASIL RURAL, 1990.



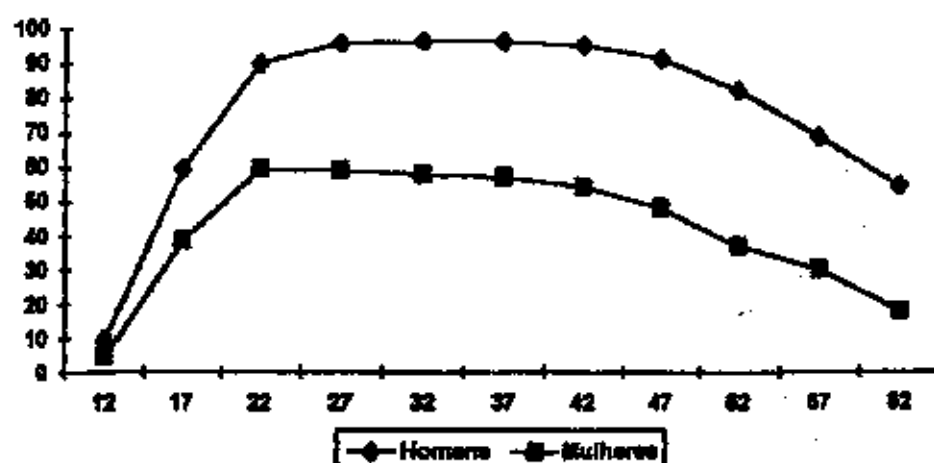
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Analisando as taxas de participação no Brasil metropolitano podemos notar, em linhas gerais, que as mulheres apresentam taxas maiores quando comparadas ao padrão brasileiro. Mesmo que haja uma subenumeração das mulheres no campo como foi indicado acima, elas realmente tendem a ter uma maior participação em áreas metropolitanas (41,3%), diferentemente do caso masculino que apresenta uma taxa menor - 72,2%.

Em relação aos diferenciais por cor no Brasil metropolitano, os não-brancos mantêm o padrão de maior participação do que os brancos, principalmente as mulheres pretas que apresentam taxas de 49,5% enquanto que as brancas e pardas apresentam taxas de 40,2% e 41,5% respectivamente. Os homens apresentam taxas de participação bem próximas, os brancos com 72,0%, os pretos com 73,2% e os pardos com 72,2%.

O padrão metropolitano de participação por faixa etária (gráfico 17) no caso masculino, não se diferencia muito em relação ao padrão brasileiro. Os seus maiores índices de participação vão da faixa 20-24 anos até a faixa de 45-49 anos, sendo que o maior percentual alcançado, como no caso brasileiro, ocorre na faixa dos 30-34 anos, com 96,8%. No caso feminino, o maior índice de participação ocorre entre os 20-24 anos (59,4%), diferentemente do padrão brasileiro onde esse fenômeno ocorre na faixa dos 30-34 anos (54,2%). Isso indica que as mulheres nas áreas metropolitanas estão, desde jovens, participando mais no mercado de trabalho.

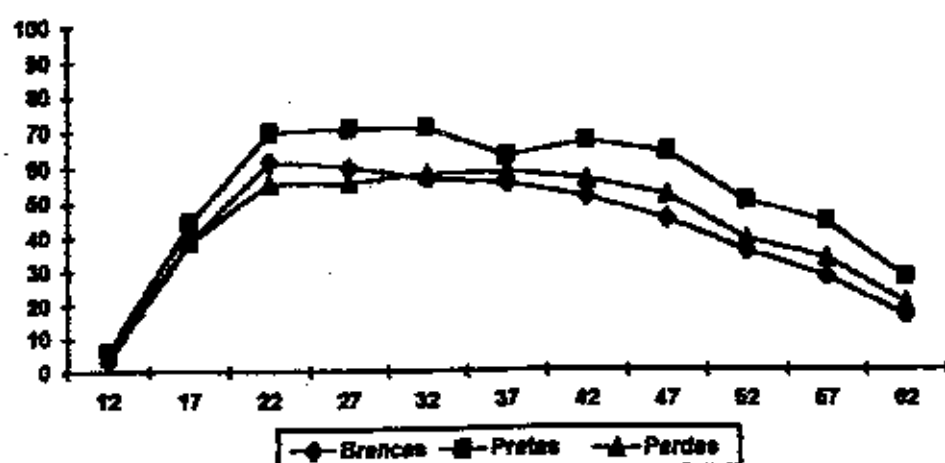
Gráfico 17: Taxa de participação por sexo e idade.
Brasil Metropolitano, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

As mulheres pretas, independentemente da faixa etária apresentam índices superiores ao das brancas. Essas diferenças são mais significativas nas faixas de maior participação 20-24 a 35-39. (gráfico 18)

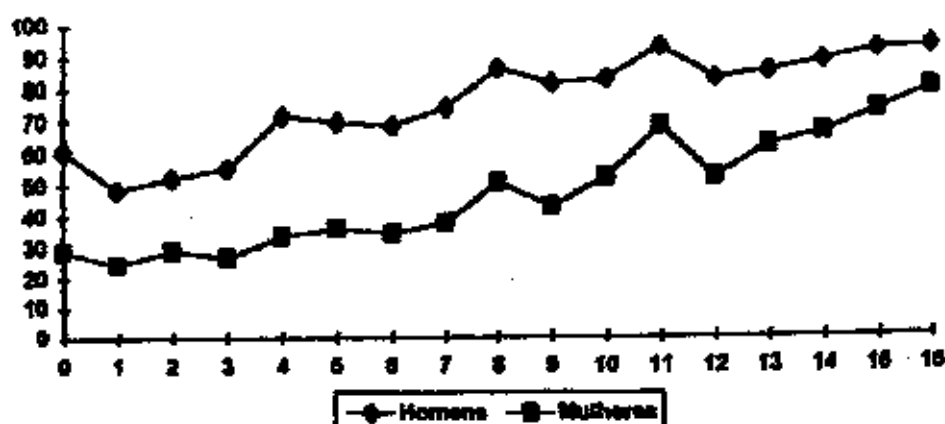
**Gráfico 18: Taxa de participação por cor e idade.
MULHERES. BRASIL METROPOLITANO, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

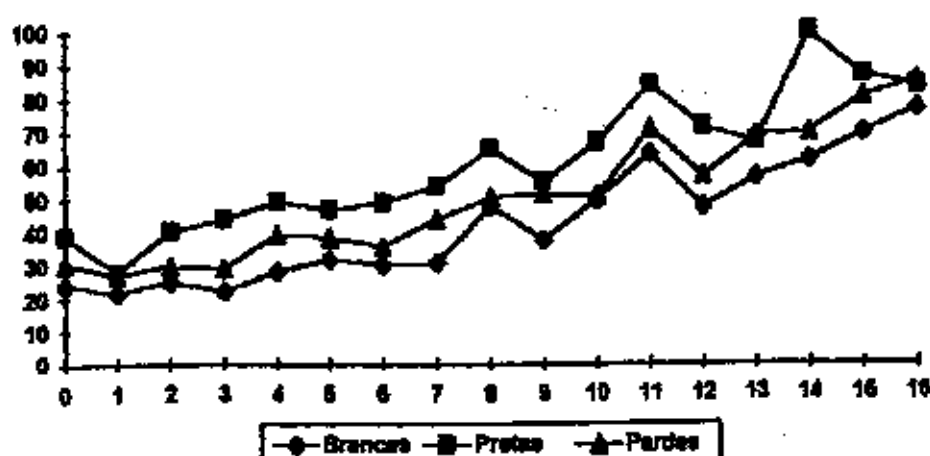
Com relação à educação mantem-se o padrão ascendente visto para o Brasil tanto no caso feminino quanto no caso masculino: o aumento do nível de escolaridade leva a uma maior taxa de participação. Os analfabetos, como para o total do Brasil continuam a apresentar índices superiores às pessoas com escolaridade entre 1 e 3 anos.

Gráfico 19: Taxa de participação por sexo e escolaridade. BRASIL METROPOLITANO, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Gráfico 20: Taxa de participação por cor e escolaridade. MULHERES. BRASIL METROPOLITANO, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

2.3 TAXAS DE DESEMPREGO

Analisando as taxas de desemprego para o Brasil rural, destacam-se primeiramente os seus baixos índices em relação ao padrão brasileiro - 1,1% para os homens e 1,4% para as mulheres (quadro 4). As possibilidades de trabalho no campo são maiores devido à sua informalidade e à facilidade de se conciliar o trabalho doméstico com o trabalho rural, fator importante para a mão-de-obra feminina.

Quadro 4: Taxas de desemprego, por sexo, cor e regiões, 1990.

	HOMENS				MULHERES			
	Total	Brancos	Pretos	Pardos	Total	Brancos	Pretas	Pardas
BRASIL TOTAL	3,8	3,5	4,8	4,1	3,4	3,3	4,4	3,6
BRASIL RURAL	1,1	1,1	1,8	1,0	1,4	1,3	2,1	1,3
BRASIL METROPOLITANO	5,6	5,1	7,0	6,2	4,9	4,6	6,0	5,6

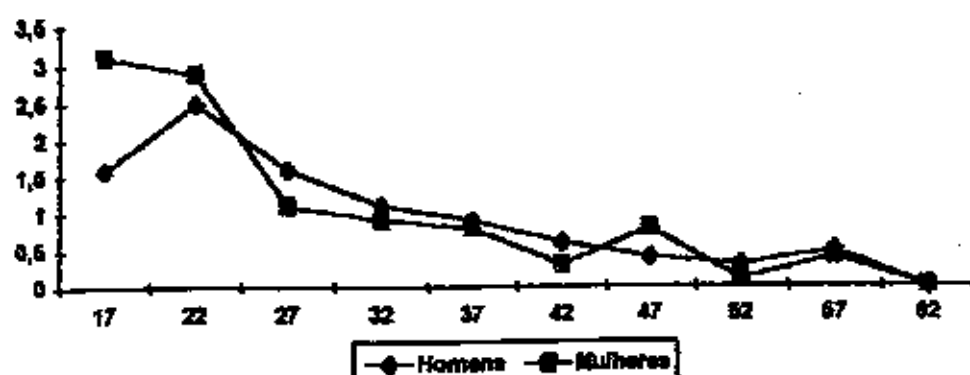
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD do ano.

Quanto aos diferenciais por cor, os pretos mantêm o padrão brasileiro tanto masculino quanto feminino de apresentarem os maiores percentuais (1,8% e 2,1).

Observando esses dados levando em conta a faixa etária (gráfico 21), os desempregados que se encontram no meio rural mantêm o padrão brasileiro de maiores índices nas faixas mais jovens. As mulheres, até a faixa dos 24 anos tendem a apresentar taxas de desemprego mais elevadas dos que os homens, sendo que seus

maiores índices ocorrem na faixa de 15 a 19 anos (3,1%). Para os homens, o seu maior índice ocorre na faixa dos 20 a 24 anos (2,5%).

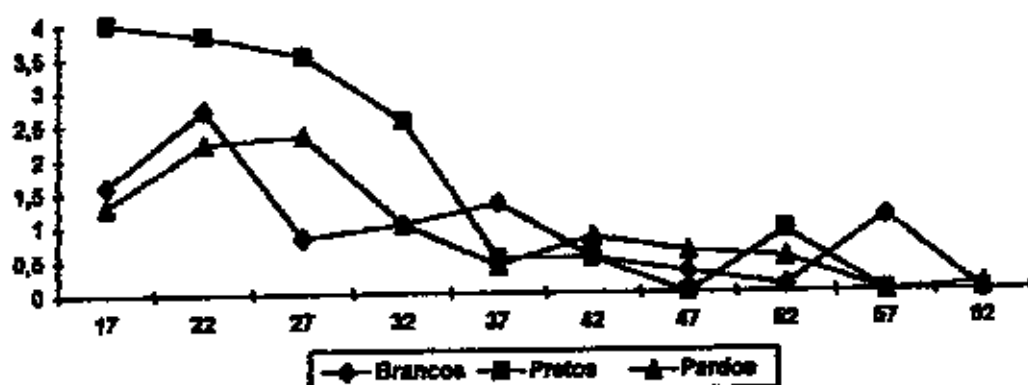
**Gráfico 21: Taxa de desemprego por sexo e idade.
BRASIL RURAL, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Em relação às diferenças inter-raciais, as mulheres pretas são as que apresentam os maiores índices com 5,5% na faixa de 15 a 19 anos e os homens pretos na faixa posterior (20-24 anos) atingem o percentual de 3,8%.

**Gráfico 22: Taxa de desemprego por cor e idade.
HOMENS. BRASIL RURAL, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Gráfico 23: Taxa de desemprego por cor e idade.
MULHERES. BRASIL RURAL, 1990.



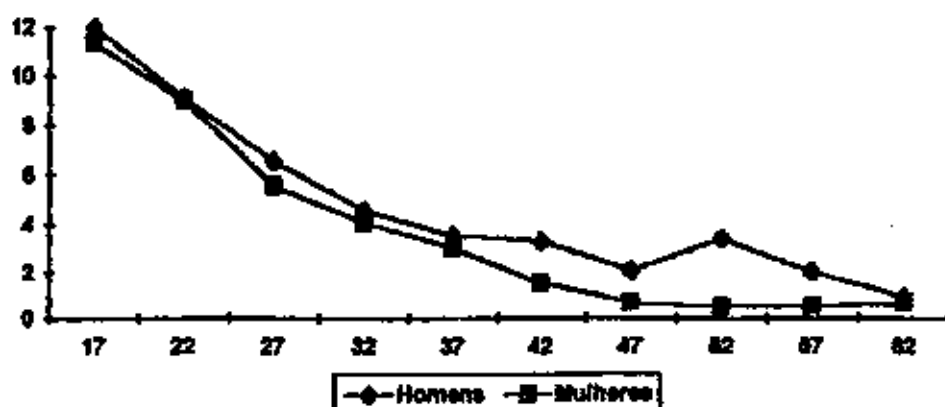
Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Analisando as taxas de desemprego para o Brasil metropolitano podemos observar primeiramente que essa área é a que apresenta os maiores índices - 5,6% para os homens e 4,9% para as mulheres. As maiores possibilidades de realização econômica e as maiores possibilidades de acesso à saúde, educação e outros serviços oferecidas pelas metrópoles tornam-as muito atrativas e geram um fluxo migratório que muitas vezes é maior do que suas capacidades de absorção de mão-de-obra. (vide quadro 3)

No Brasil metropolitano, a população preta continua mantendo o padrão de maiores taxas de desemprego. Os homens pretos chegam à taxa de 7,0% e as mulheres, 6,0%. Suas taxas altas podem estar relacionadas à maior competitividade do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas, que exige uma mão-de-obra mais qualificada, maiores níveis de escolaridade, ou seja um perfil que esta população não conseguiu alcançar devido às barreiras que enfrenta durante o seu processo de formação educacional.

Analisando esses dados levando em conta a variável idade (gráfico 24), os jovens, principalmente da faixa de 15-19 anos, continuam sendo os mais prejudicados com o desemprego: 12,0% no caso masculino e 11,3% no caso feminino. A partir dos 20-24 anos, as taxas de desemprego metropolitano declinam nos dois grupos.

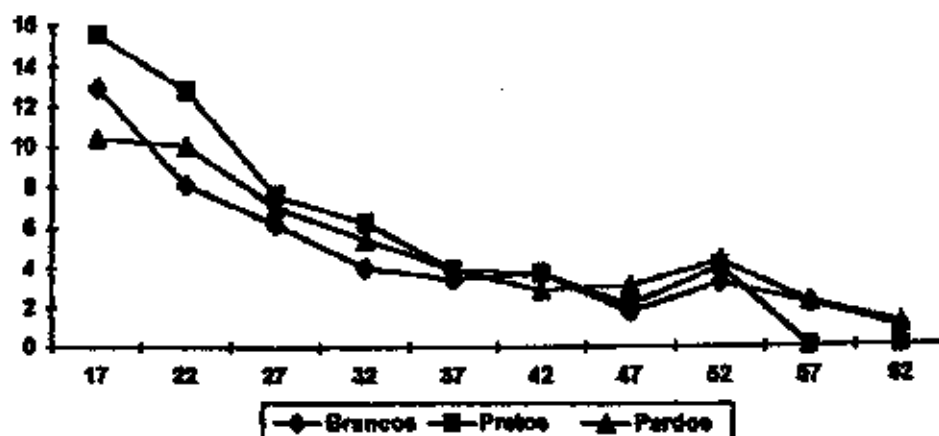
Gráfico 24: Taxa de desemprego por sexo e idade.
BRASIL METROPOLITANO, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

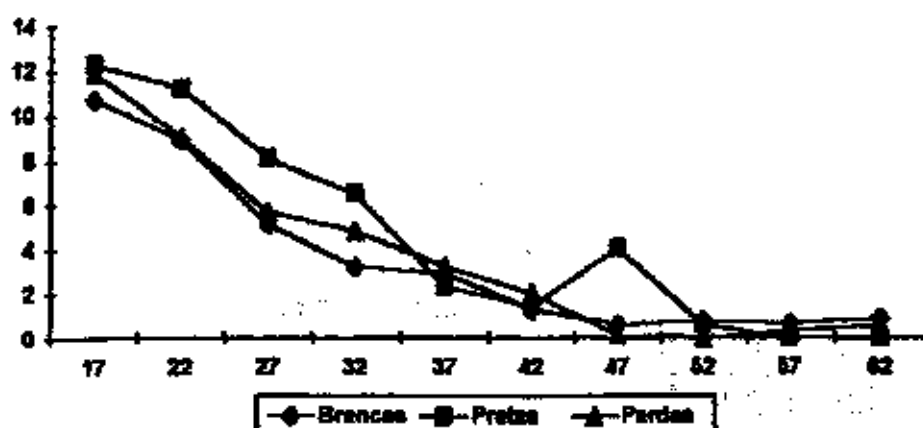
Nas faixas etárias em que se registram os maiores índices de desemprego (15-19 e 20-24), os pretos apresentam os maiores percentuais chegando à taxa de 15,5% para o grupo preto masculino com idade entre 15-19 anos. As mulheres pretas também apresentam altas taxas nestas faixas etárias - 12,3% e 11,2%, respectivamente.

Gráfico 25: Taxa de desemprego por cor e idade.
HOMENS. BRASIL METROPOLITANO, 1990.



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

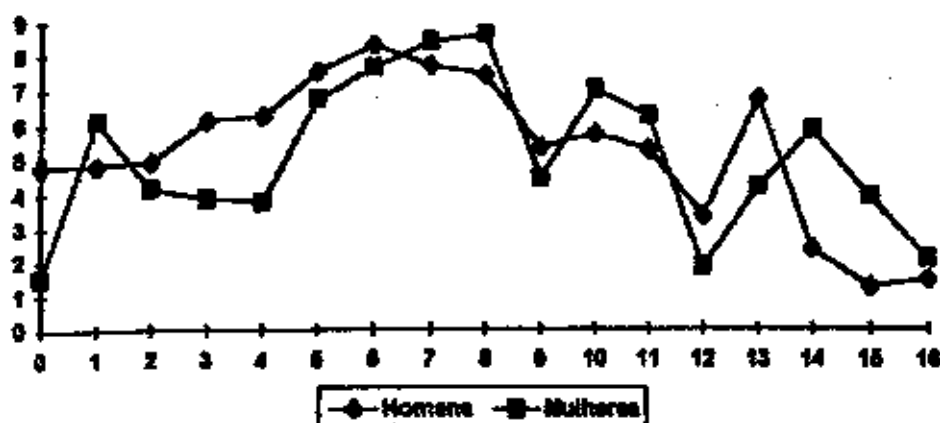
**Gráfico 26: Taxa de desemprego por cor e idade.
MULHERES. BRASIL METROPOLITANO, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

Tracando a relação entre nível educacional e desemprego é possível afirmar que os maiores índices se concentram na faixa de 5 a 8 anos de escolaridade. Tanto os homens quanto as mulheres atingem, nessa faixa, taxas em torno de 8,0%.

**Taxa de desemprego por sexo e escolaridade.
BRASIL METROPOLITANO, 1990.**



Fonte: Tabulações Especiais, PNAD-1990.

As informações contidas neste boletim apontam algumas questões que devemos ressaltar. Em primeiro lugar, é preocupante que no Brasil exista um mercado de trabalho que absorva mão-de-obra infantil. 24,3% das crianças (10-14 anos) do sexo masculino e 10,6% do sexo feminino que deveriam estar voltadas plenamente para o processo educacional, se encontram na População Economicamente Ativa. Sendo que, os que apresentam os maiores percentuais de participação nesta faixa etária são as crianças não-brancas: no grupo masculino, 27,2% de pretos e 28,1% de pardos estão na PEA.

Outro fator de destaque é que no Brasil existe uma fase crítica que é a que corresponde ao momento de transição escola-trabalho. Se por um lado os jovens (15-19 anos) precisam entrar no mercado de trabalho nesta faixa etária, por outro lado, o seu nível de escolaridade correspondente (em média 5 a 8 anos de estudo) é insuficiente para proporcionar tal entrada. Com isso, os índices de desemprego nestas duas faixas (etária e escolar) são os mais altos. Quanto às diferenças inter-raciais, os jovens pretos e pardos no Brasil são os que se encontram mais expostos à esta fase de desajuste do mercado de trabalho com maiores taxas de desemprego.